



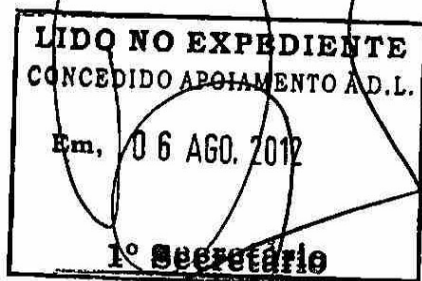
# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI N.º

367/12



**Súmula:** Altera dispositivo da Lei Estadual n. 12.242 de 31 de Julho de 1998 com nova redação pela Lei n. 13.129 de 16 de Abril de 2001, Lei que proíbe a realização e aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos.

**Art. 1º** - Fica alterado a parte final do artigo 1º da Lei Estadual nº. 12.242 de 31 de Julho de 1998, suprimindo a expressão:


(...), sem autorização por escrito dos pais ou responsáveis, de referido texto, que passar a vigorar com o seguinte teor, mantendo-se os demais inalterados.

**Art. 2º.** (...) ainda que com autorização dos pais ou responsáveis.

**Art. 2º.** Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que lhe couber.

**Art. 3º.** Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de Agosto de 2012.

  
**GILSON DE SOUZA**  
Deputado Estadual  
4º. Secretário



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## **JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de Lei tem o escopo de alterar a parte final da Legislação de n. 12.242 de 31/07/1998 fazendo com que a proibição permaneça **ainda que com autorização dos pais ou responsáveis.**

A realização de tatuagens em menores de 18 anos vem se banalizando no meio social.

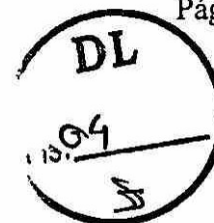
Desta forma, a tatuagem contém diversos riscos à saúde, desde o contágio por doenças transmissíveis pelo sangue, até a intoxicação pela utilização de tintas inadequadas para o procedimento.

Somados aos riscos a saúde, a aplicação da tatuagem em crianças e adolescentes ocasiona uma modificação definitiva ou de difícil remoção sobre o corpo ainda em fase de desenvolvimento e crescimento, pelo qual entendemos que esta prática deve ser impedida, ainda que com autorização dos pais e ou responsável.

Destarte, faz-se necessária a atuação do Estado para que no cumprimento de sua função constitucional, efetive a proteção integral à criança e ao adolescente, que na maioria dos casos se arrependem de um dia terem tatuado seus corpos quando chegam à fase adulta.

A integridade física da criança ou adolescente encontra respaldo legal na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), mas especificadamente artigos 5º, 17º. e 18º.

Diante do exposto, esperamos contar com a ajuda dos nobres pares para a aprovação deste projeto.



**Lei 12242 - 31 de Julho de 1998**

Publicado no Diário Oficial nº. 5305 de 3 de Agosto de 1998

**Súmula:** Proíbe a realização de aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos de idade, sem autorização por escrito dos pais ou responsáveis.

A Assembléia Legislativa do Estado Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Os estabelecimentos comerciais, profissionais liberais ou qualquer pessoa que aplique tatuagem permanente, ainda que a título não oneroso, ficam proibidos de realizar tal procedimento em menores de 18 anos de idade, sem autorização por escrito dos pais ou responsáveis.

**Art. 2º.** ...Vetado...

**Art. 3º.** O não cumprimento do disposto nos artigos anteriores acarretará em penalidades que serão de multas a fechamento do estabelecimento.

**Art. 4º.** O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 120 dias a partir da sua publicação.

**Art. 5º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

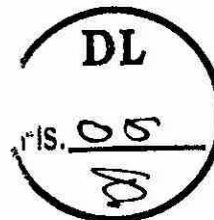
PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 31 de julho de 1998.

*Jaime Lerner*  
Governador do Estado

*Amendo Martinho Raggio*  
Secretário de Estado da Saúde

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*



Lei 13129 - 16 de Abril de 2001

Publicado no Diário Oficial nº. 5975 de 27 de Abril de 2001

**Súmula:** Proíbe a aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos de idade, sem autorização dos pais ou responsáveis e dá outras providências.

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:**  
(Projeto de Lei nº 50/1998, vetado e as razões de veto não mantidas pela Assembléia Legislativa)

Art. 1º. ....

Art. 2º. Passa a ser obrigatório, a todos os aplicadores de tatuagem permanente a utilização dos seguintes aparelhos: autoclave para a esterilização dos instrumentos a serem utilizados; estufa para mantê-los esterilizados e ultra-som para retirada de resíduos daqueles.

Art. 3º. ....

Art. 4º. ....

Art. 5º. ....

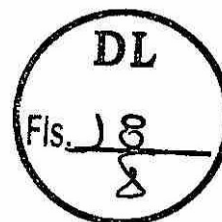
Palácio Dezenove de Dezembro em 16 de abril de 2001.

Hermes Brandão  
Presidente

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



## SUBEMENDA



### PROJETOS DE LEI Nº 367/12 E Nº 379/12

Autores: Deputado Gilson de Souza (367/12)

Deputado Dr. Batista (379/12)

Súmula: Altera dispositivo da Lei Estadual nº 12.242 de 31 de julho de 1998 com nova redação pela Lei nº 13.129 de 16 de abril de 2001, Lei que proíbe a realização e aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos.

#### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Gilson de Souza visa alterar a redação da Lei 12.242/1998 para proibir a aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos em qualquer hipótese.

Já o projeto de lei anexado (nº 379/12), de autoria do Deputado Dr. Batista visa fazer nova legislação proibindo a aplicação de tatuagens e adornos, como "brincos, argolas, alfinetes, que perfurem a pele ou membro do corpo humano", com exceção "de brincos nos lóbulos das orelhas".

#### FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa dos projetos de lei apresentados:

##### **Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

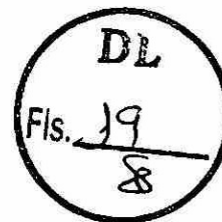
Pois bem, em sua Justificativa o nobre Deputado Gilson de Souza menciona os possíveis riscos à saúde causados pelas práticas que visa proibir, *"desde o contágio por doenças transmissíveis pelo sangue, até a intoxicação pela utilização de tintas inadequadas para o procedimento"* (fls. 03).

O Deputado Dr. Batista menciona também em sua Justificativa os possíveis riscos à saúde causados pelas práticas que visa proibir (tatuagens e adornos), como contágio de doenças transmissíveis e intoxicação por tintas inadequadas (PL 379/12 – fls. 03)

Entendem ambos os Deputados que a atuação do Estado é necessária para que *"efetive a proteção integral a criança e ao adolescente"*, visto que, conforme entende, **"na maioria dos casos se arrependem de um dia terem tatuado seus corpos quando chegam à fase adulta"** (fls. 03 de ambos os projetos).

Verifica-se assim, que os Deputados autores dos projetos ora em análise, têm por objetivo acabar com qualquer possibilidade de autorização de tatuagens permanentes (caso do PL 367/12) e tatuagens e adornos (exceto brincos) em menores de idade (PL 379/12), ou seja, pelos projetos propostos, acaba-se com a possibilidade de autorização dos pais ou responsáveis.

Assim, ainda que pais ou responsáveis concordem com a vontade do menor de idade em se tatuar ou colocar



*pierçings* e autorizem tal prática, o procedimento seria vedado por força de lei.

DO PROJETO 379/12:

Pois bem, com relação ao Projeto de Lei 379/12, verifica-se que não adotou a melhor técnica legislativa (em consonância à Lei Complementar 95/98), eis que a Lei Estadual 12.242/98 já proíbe a prática de tatuagens em menores de idade, salvo com autorização dos pais.

Destarte, a nova lei deveria revogar a anterior, fazendo expressa menção de tal.

DO PROJETO 367/12:

O projeto de Lei 367/12, por sua vez, visa alterar a Lei Estadual 12.242/12 para vedar a autorização dos pais ou responsáveis.

Assim, o menor de idade, em hipótese alguma, poderá se tatuar no Estado do Paraná.

Entretanto, há equívocos no referido projeto, eis que sua técnica legislativa não se encontra perfeitamente adequada à Lei Complementar 95/98, constando, por exemplo, de dois artigos 2º, bem como a redação sugerindo a supressão de uma redação por outra não está precisa e clara.

DA SUGESTÃO DE EMENDA SUBSTITUTIVA EM ANEXO:

O projeto de Lei 367/12 objetiva retirar a possibilidade de autorização para tatuagens em menores de idade e, por sua vez, o projeto de lei 379/12 visa proibir, além de tatuagens, os *pierçings* e outros adornos perfurantes (com exceção de brincos) em menores de idade.

Pois bem, por estarem os nobres autores preocupados com a saúde dos menores de idade, o assunto tem amparo para ser tratado no âmbito estadual, de acordo com o art. 24, XV da Constituição Federal:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

(...)

**XV – proteção à infância e à juventude;**

Desta feita, tem-se que é competência legislativa estadual tratar da matéria, sendo o seu mérito (conveniência de se afastar o direito dos pais autorizarem a tatuagem e *pierçings* do menor) matéria a ser tratada em Plenário.

O atual artigo 1º da Lei Estadual 12.242/98 preconiza:

**“Art. 1º. Os estabelecimentos comerciais, profissionais liberais ou qualquer pessoa que aplique tatuagem permanente, ainda que a título não oneroso, ficam proibidos de realizar tal procedimento em menores de 18 anos de idade, sem autorização por escrito dos pais ou responsáveis.” (atual redação – grifos apqstos).**

Dessa forma, compilando-se o contido no Projeto de Lei 367/12 com o contido no Projeto de Lei 379/12, sugere-se a Emenda Substitutiva em anexo para constar na Lei 12.242/98 a proibição de tatuagens permanentes e *pierçings* nos casos de menores de idade.

Consigna-se, por fim, que o projeto de Lei não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



### CONCLUSÃO

Assim, por se tratar de tema compatível com o âmbito da legislação estadual, estando de acordo com a CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE exigidas, entende-se pela possibilidade de sua APRÓVAÇÃO nesta Comissão, na forma da subemenda,

### SUBEMENDA AO PROJETO DE LEI nº 367/12.

Amparado pelo artigo 29, III c/c artigo 137, §2º, ambos do Regimento Interno, apresenta-se a presente subemenda para dar a seguinte redação ao Projeto de Lei 367/12:

"Súmula: Dá nova redação ao art. 1º da Lei no 12.242, de 31 de julho de 1998, para proibir tatuagens permanentes e piercings em menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 1º O art. 1º da Lei no 12.242, de 31 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Os estabelecimentos comerciais, profissionais liberais ou qualquer pessoa que aplique tatuagem permanente, ainda que a título não oneroso, ficam proibidos de realizar tal procedimento em menores de 18 (dezoito) anos de idade."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 2012.

NEILSON JUSTUS  
PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK  
DEPUTADO ESTADUAL- PRB

APROVADO  
13.11.12 g

VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER  
Dep. Tadeu  
Jeneri  
13.11.12 g



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**INFORMAÇÃO**

Através da presente, informamos que o parecer aprovado por esta comissão foi nos termos da SUBEMENDA de fls.20 e que a mesma deve ser nominada como SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, ficando prejudicada a Emenda Substitutiva de fls. 15/17, nos termos do art. 138 do Regimento Interno.

Curitiba, 04 de dezembro de 2012.

**DEP. NELSON JUSTUS**

Presidente da CCJ

**APROVADO**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

01.12.12



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO**



Projeto de Lei Nº 367/2012 (Anexado ao P.L. 379/2012)

Autores: Deputado Gilson de Souza e Deputado D. Batista

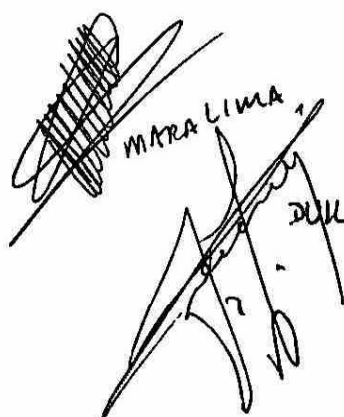
Em vista das informações constantes de fls. 23/24, esta Comissão volta a se pronunciar a respeito dos Projetos de Lei acima, de autoria dos Deputados Gilson de Souza e Dr. Batista, respectivamente, que visam alterar a Lei Estadual nº 12.241/1998, com o intuito de suprimir a possibilidade de autorização dos pais ou responsáveis de menores de 18 anos, para fins de aplicação de tatuagens e adornos.

O referido projeto obteve voto favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com **Subemenda Substitutiva Geral**, apesar de Parecer contrário do Deputado Tadeu Veneri.

Face às justificativas apresentadas, entende essa Comissão que o que se pretende, realmente, é preservar os jovens de possíveis riscos à saúde, efetivando-se assim a proteção integral à criança e ao adolescente.

Assim, confirma-se o Parecer desta Comissão, pela **APROVAÇÃO** dos Projetos de Lei analisados, nos termos da **Subemenda Substitutiva** apresentada (fls. 18, 19 e 20).

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2013.

  
MARA LIMA

  
Deputada ROSE LITRO  
Presidente  
  
Deputado CAÍTO QUINTANA  
Relator



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



**PARECER**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA sobre o Projeto de  
Lei n. 367/2012 de autoria do  
Deputado Estadual Gilson de  
Souza o qual *ALTERA DISPOSITIVO  
DA LEI ESTADUAL Nº 12.242/2001,  
LEI QUE PROIBE A REALIZAÇÃO E  
APLICAÇÃO DE TATUAGEM  
PERMANENTE EM MENORES DE 18  
ANOS.*

*Relator: Deputado PEDRO LUPION*

**I RELATÓRIO**

O projeto de Lei (PL) nº 367/2012, de autoria do Deputado Estadual Gilson de Souza objetiva alterar a parte final da Lei n. 12.242 de 31/07/1998, proibindo a aplicação e/ou realização de tatuagem em menores de 18 (dezoito) anos, mesmo que exista autorização dos responsáveis para tanto.

De acordo com a justificativa apresentada pelo Autor, a realização de tatuagens em menores de 18 anos vem se banalizando no meio social.

- 1 -





**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION*



Ainda, que a prática da tatuagem contém diversos riscos à saúde, desde o contágio por doenças transmissíveis pelo sangue, até a intoxicação pela utilização de tintas inadequadas para o procedimento.

Segundo o projeto, além dos riscos a saúde, a aplicação de tatuagem em crianças e adolescentes ocasiona uma modificação definitiva ou de difícil remoção sobre o corpo que ainda se encontra em fase de crescimento.

Por fim, argumenta que o Estado deve dar proteção integral à criança e ao adolescente, considerando o dever constitucional para tanto.

Apensada a proposição em comento encontra-se o projeto de Lei n. 379/2012, de autoria do Deputado Dr. Batista, o qual dispõe sobre a proibição quanto a aplicação de tatuagens e adornos.

Na Comissão de Constituição e Justiça a proposição teve como Relator designado o Deputado Tadeu Veneri, o qual apresentou parecer pela Rejeição da mesma uma vez que houve o entendimento pela inconstitucionalidade.

Porém, o Deputado Pastor Edson Praczyk apresentou voto em separado, acompanhado de substitutivo geral, pela legalidade e constitucionalidade do PL, sendo este o que prevaleceu.



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Desta forma, o projeto de Lei em análise, junto ao projeto em apenso, forma encaminhados para as comissões temáticas, conforme determinação regimental.

Na Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso, recebeu parecer favorável. Após o PL fora encaminhado a esta Comissão para a análise de seu mérito.

É O RELATÓRIO.

II- ANÁLISE E VOTO

Conforme mencionado no relatório, o PL visa proibir a aplicação de todo e qualquer adorno, bem como, tatuagens em menores de 18 (dezoito) anos, mesmo que devidamente autorizado pelos responsáveis.

Assim, a matéria é diretamente conexa à competência desta comissão temática, sendo a mesma competente para exarar o presente parecer nos termos do artigo 33-U do Regimento Interno:

*Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.*





**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION*



Pois bem,

Merece louvor a iniciativa dos nobres Colegas, Deputado Dr. Batista e Deputado Gilson de Souza, pois que a aplicação de tatuagens e piercings no corpo humano constituem técnicas invasivas e podem oferecer riscos à saúde dos jovens que a elas se submetem.

Entretanto, entendo que a proposição é exacerbada ao proibir completamente a aplicação de tatuagens e a colocação de piercings em menores de 18 (dezoito) anos, mesmo que devidamente autorizado pelos responsáveis.

A decisão de realizar ou não estas aplicações assemelha-se a inumeráveis outras que os jovens precisam tomar no curso do seu desenvolvimento, como a de usar cortes de cabelo mais comprido ou mais curto, vestir-se desta ou daquela maneira, seguir determinada carreira profissional, consumir determinados tipos de comidas e assim por diante.

O ideal é que estas decisões sejam amparadas por diálogo com os respectivos pais e outros conselheiros do processo de amadurecimento dos jovens. O livre arbítrio e a decisão consciente sobre o tema não podem ser radicalmente tolhidos devido ao mau uso que delas fazem algumas pessoas ou grupos de pessoas, jovens ou não.

Quanto à questão da higiene pessoal, o assunto é da esfera da fiscalização dos órgãos de vigilância sanitária,



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



que devem exigir os adequados cuidados de higiene e desinfecção daqueles que realizam estes serviços.

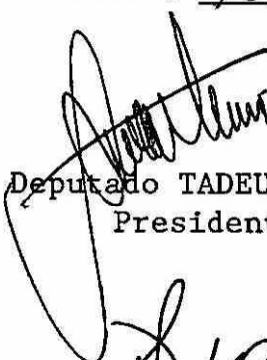
Apesar de entender os nobres propósitos dos Autores, creio que a alternativa escolhida não é adequada, motivo pelo qual voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 367/2012, bem como pela rejeição do PL 379/2012 (apenso)

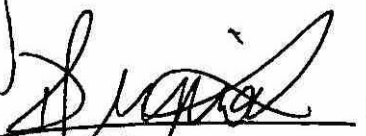
É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 367/2012, bem como pela REJEIÇÃO do PL 379/2012 (apenso).

Sala das Comissões, 10 de ABRIL de 2013.

  
Deputado TADEU VENERI  
Presidente

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator



## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

### **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 367, de 2012.**

Súmula: Altera dispositivo da Lei Estadual nº 12.242, de 31 de julho de 1998, com nova redação pela Lei nº 13.129, de 16 de abril de 2001, Lei que proíbe a realização e aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos.

Autor: Deputado Gilson de Souza

Relator: Deputado Adelino Ribeiro Silva

#### I – RELATÓRIO

Com base no art. 33-I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi protocolado na Comissão de Saúde Pública o Projeto de Lei nº 367, de 2012, de autoria do Deputado Gilson de Souza que altera dispositivo da Lei Estadual nº 12.242, de 31 de julho de 1998, com nova redação pela Lei nº 13.129, de 16 de abril de 2001, Lei que proíbe a realização e aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos.

Nos termos do art. 42, II, do aludido Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a Presidência da Comissão de Saúde Pública nos incumbiu de relatar o referido Projeto de Lei, na qual passo a expor meu voto.

#### II FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em exame visa alterar a Lei Estadual nº 12.242, de 1998, que proíbe a aplicação de tatuagens permanentes no corpo em menores de 18 anos, a fim de evitar, segundo o autor, futuras deformações de ordem moral, pessoal e social.

Segundo o autor do projeto, com essas alterações propostas, mesmo com a autorização dos pais ou responsáveis não será permitido que as tatuagem sejam feitas pelos estabelecimentos ou profissionais liberais.

Em sua justificativa o autor expressa bem ao dizer "...a tatuagem contém diversos riscos à saúde, desde o contágio por doenças transmissíveis pelo sangue, até a intoxicação pela utilização de tintas inadequadas para o procedimento" (grifo nosso).

#### III – VOTO DO RELATOR

Depois de passar pelo crivo das demais comissões competentes desta Casa, vem, agora, o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, em cumprimento ao disposto no art. 30, § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, para exame nos aspectos relativos à necessidade, oportunidade, relevância e



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



efeitos positivos ou negativos [**consequências**] resultantes da aplicação do disposto na matéria.

Conforme informações da Diretoria Legislativa foi apensado o Projeto de Lei nº 379/2012, de autoria do Deputado Dr. Batista, que trata sobre o mesmo assunto, ou seja, são projetos com mesmo teor. Além de constar vícios na Técnica Legislativa da matéria tratado no referido Projeto de Lei. Porém, nos cabe relatar sobre o Projeto de Lei nº 367, deixando a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa para a comissão competente desta Casa.


Quanto ao mérito da proposição, cumpre-nos informar os riscos à saúde a que se expõem aqueles que se submetem à aplicação de tatuagens permanentes, sobretudo se inobservadas as regras básicas de segurança. Destarte, considerada a relevância da proposição, no que atende aos preceitos de saúde pública, entendo não existir nada que pode obstruir, por parte deste relator, sua deliberação no Plenário Legislativo, no qual manifesto, no mérito, **favoravelmente** a sua aprovação, pela sua conveniência e oportunidade.

## IV – CONCLUSÃO E PARECER COMISSÃO

Verificado os pressupostos de conveniência e oportunidade, a Comissão de Saúde Pública, na qual tem a incumbência de manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública e profissões afins, visando sempre o interesse público, acompanha o voto do Nobre Relator e manifesta-se pelo **parecer favorável** ao Projeto de Lei nº 367, de 2012, em sua forma apresentada.

Sala da Comissão de Saúde Pública  
Curitiba, 20 de Maio de 2013.

  
Presidente  
DEP. PASTOR EUSON

  
Adelino Ribeiro Silva  
Relator

  
DEP. LÚCIO

  
DEP. TONINHO  
WANDSCHEER



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Nereu Moura



PROJETO DE LEI 124/2013

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 08 ABR 2013

1º Secretário

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual

A Associação dos Produtores do bairro

Barreirinho- com sede e foro no

Município de Santana do Itararé- Pr

Art 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores do Bairro Barreirinho- com sede e foro no Município de Santana do Itararé-Pr.

Art 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de abril de 2013

NEREU MOURA

Deputado Estadual

15:16 08/04/2013 082805 Nº 153713 LEGISLAÇÃO



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Nereu Moura

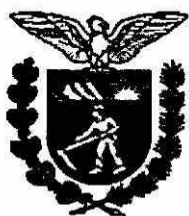


## JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores, localizada no Bairro Barreirinho, zona rural do Município de Santana do Itararé, é constituído de pequenas propriedades de Agricultores Familiares que se dedicam a produção de leite, morango e as culturas como milho, sorgo e cana-de-açúcar.

A Associação tem atualmente 42 Associados, cujo objetivo é prestar serviços ao público, através do incentivo às atividades agropecuárias.

Compete a esta Casa de Leis a sua aprovação, tendo em vista que será de grande importância para toda a comunidade, principalmente para incentivar os agricultores daquele Município.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 124/2013**

Projeto de Lei nº. 124/2013  
Autor: Deputado Nereu Moura

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO BAIRRO BARREIRINHO**, com sede e foro no Município de Santana do Itararé.

**EMENTA:** DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO BAIRRO BARREIRINHO - APBB**, com sede no Município de Santana do Itararé, e foro no Município de Wenceslau Braz.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

**Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

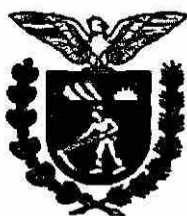
I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o **foro** da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



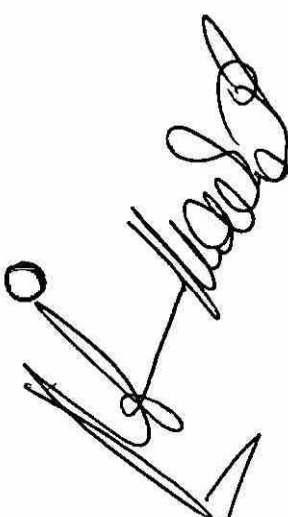


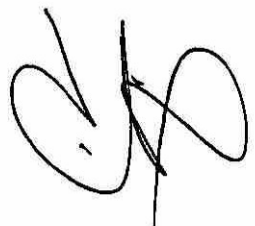

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 21 de Maio de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

  
  
  
  
**APROVADO**  
21.05.13 



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 124/2013**

De acordo com o que determinam o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 124/2013, passa a contar com a seguinte redação:

**SÚMULA** - Declara de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO BAIRRO BARREIRINHO - APBB**, com sede no Município de Santana do Itararé e foro no Município de Wenceslau Braz.

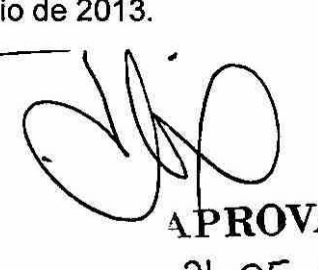
**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a **Associação dos Produtores do Bairro Barreirinho - APBB**, com sede no Município de Santana do Itararé e foro no Município de Wenceslau Braz.


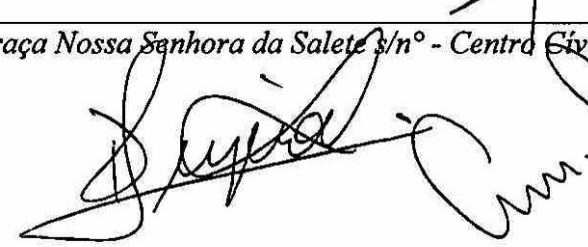
**Art. 2º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21 de Maio de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

  
APROVADO  
21.05.13

  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



**ANTEPROJETO DE LEI 149/2013**

**Súmula:** Dá nova redação ao *caput* do artigo 2º, ao inciso VIII e ao § 4º, do art. 2º e inclui o inciso IX no art. 2º, todos da Lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa sob a denominação de IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, conforme especifica.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** O *caput* do art. 2º da Lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 2º A IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ terá por finalidade e competência, além de outras atividades compatíveis com suas finalidades institucionais:"*

**Art. 2º** inciso VIII do art. 2º da Lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"VIII – manter parque gráfico próprio para execução dos serviços gráficos necessários aos órgãos e entidades da administração pública estadual;"*

**Art. 3º** Fica acrescido o inciso IX ao art. 2º da Lei nº 17.465/2013, com a seguinte redação:

*"IX – editar e imprimir outras publicações de interesse público tais como revistas, livros, cartazes, folhetos, coleções de leis e decretos e demais impressos de interesse dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais entidades de interesse público."*

**Art. 4º** O § 4º do art. 2º da Lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

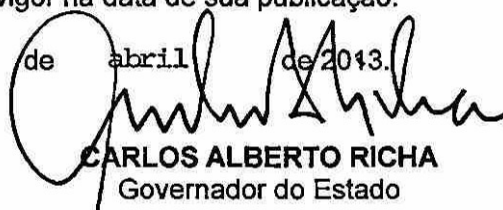
*"§ 4º Para o atingimento de suas finalidades a IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ manterá parque gráfico próprio, bem como a estrutura necessária para prestação da certificação digital e mecânica de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações e/ou guarda e quando não se mostrar viável a atendimento da demanda solicitada, poderá, excepcionalmente e mediante justificativa expressa, contratar terceiro para auxiliá-lo, através do devido processo legal. (NR)"*

**Art. 5º** O artigo 24 da Lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 24 Esta Lei entrará em vigor em 31 de dezembro de 2013."*

**Art. 6º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de abril de 2013.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.  
Em, 22/04/2013  
\_\_\_\_\_  
Presidente



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM  
Nº 032 /2013

Curitiba, 16 de abril de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 23 ABR. 2013

**1º Secretário**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao artigo 24, ao *caput* do artigo 2º, bem como ao seu inciso VIII e ao § 4º, além de incluir o inciso IX no artigo 2º, todos da Lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa pública sob a denominação de IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ.

A medida ora proposta deve-se em razão de dois fatores distintos, o primeiro deles, um lapso ocorrido quando da redação final do anteprojeto, ocasião em que deixou de ser incluída no artigo que trata das finalidades e competências da empresa a ser criada, a previsão que viabilizará a autorização para que todos os órgãos da Administração Pública Estadual contratem a Imprensa Oficial, através do instituto da dispensa de licitação, conforme estabelece a Lei Federal nº 8666/1993, em seu artigo 24, inciso XVI e a Lei Estadual nº 15.608/2007, em seu artigo 34, inciso XIV.

Por oportuno, solicito igualmente a inclusão da previsão de competência que autorize a Imprensa Oficial à edição e impressão de publicações de interesse público, tais como revistas, livros, cartazes, folhetos, coleções de leis e decretos e demais impressos de interesse dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios e demais entidades de interesse público.

Cabe anotar que as previsões acima referidas estão contidas na Lei 14.603/2004, em seu artigo 3º, incisos II e X, contudo, dito diploma legal foi editado com a finalidade precípua de tratar da publicidade dos atos da administração pública (Lei da Transparência), mas, paralelamente, acresceu novas competências à Imprensa Oficial, as quais deixaram de constar da Lei que ora solicito seja alterada.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.692.236-3





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

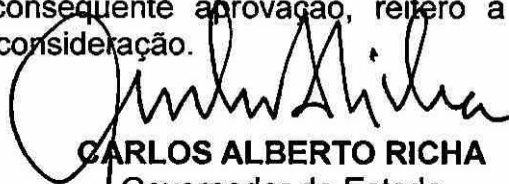
O segundo fator refere-se a demanda maior de tempo que a empresa de engenharia, responsável pela regularização de registros do terreno no qual está edificada a Imprensa Oficial, necessitará para finalizar os trabalhos relativos a levantamentos aerofotogramétricos e questões burocráticas que a matéria requer.

Necessário registrar que esta questão somente foi levada à Presidência da Imprensa Oficial quando dos levantamentos efetivados para tornar possível a transformação jurídica da entidade, ocasião em que foi recebida a informação de que as medidas técnicas de engenharia e, posteriormente as tratativas junto a Cartórios, Município e demais órgãos públicos afetos a matéria, demandariam lapso de tempo superior àquele previsto na lei já sancionada, para a efetiva criação da empresa pública.

Conforme é possível verificar, pretendemos nos valer da figura jurídica da *vacatio legis*, uma vez que o prazo para a realização de todas as medidas acima referidas deverão transcorrer dentro dos próximos 10 (dez) meses.

Por entender imprescindíveis tais alterações é que submeto o anexo Anteprojeto de Lei para apreciação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Alterado Compilado Original

Lei 17465 - 2 de Janeiro de 2013

Publicado no Diário Oficial nº. 8868 de 2 de Janeiro de 2013

**Súmula:** Autoriza a criação da Empresa Pública denominada IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, extinguindo a autarquia denominada Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a instituir empresa pública sob a denominação de IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Casa Civil.

**Parágrafo único.** A empresa IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ terá sede e foro na capital do Estado e jurisdição em todo seu território, podendo criar e manter dependências e sucursais.

**Art. 2º** A IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ terá por finalidade e competência:

**I** - editar, imprimir e distribuir os Diários Oficiais e neles veicular as publicações determinadas por Lei, de natureza pública e privada;

**II** - manter sob sua permanente guarda e conservação, por meio digital, em atribuição conjunta com o Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP, as publicações dos atos e documentos públicos e privados por ela veiculados;

**III** - prestar serviço de certificação digital para os Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados e dos Municípios, para o Poder Judiciário da União e dos Estados, e demais entidades de interesse público, observada a legislação estadual pertinente ao assunto;

**IV** - manter serviços de certificação digital e mecânica, de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações;

**V** - certificar por meio digital e mecânico, a pedido de qualquer interessado, os documentos objeto de suas publicações;

**VI** - prestar serviços eletrônicos de publicação dos Diários Oficiais, garantindo o seu acesso mediante a utilização de tecnologias atualizadas;

**VII** - editar, imprimir e publicar, em meio físico e eletrônico, documentos de relevante interesse da coletividade, em especial àqueles destinados à promoção da cultura e da cidadania;

**VIII** - desempenhar outras atividades compatíveis com suas finalidades.

**§ 1º** Na hipótese do inciso I, compreender-se-á a matéria de interesse privado, aquela de divulgação obrigatória nos Diários Oficiais.

**§ 2º** Serão publicadas gratuitamente as matérias oficiais administrativas, normativas e de pessoal emanadas da administração direta do Poder Executivo, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas e dos órgãos do Poder Judiciário, sendo também gratuita a certificação de documentos solicitada por esses órgãos.



**§ 3º** Os serviços não mencionados no parágrafo anterior serão remunerados e realizados de acordo com valores médios de mercado.

**§ 4º** Para o atingimento de suas finalidades a IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ manterá parque gráfico próprio, bem como a estrutura necessária para prestação da certificação digital e mecânica de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações e/ou guarda.

**§ 5º** Os serviços de certificação digital referidos neste artigo serão prestados pela IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ em atribuição conjunta com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR.

**Art. 3º** O capital inicial da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ será de R\$ 37.804.225,57 (trinta e sete milhões, oitocentos e quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos) pertencentes integralmente ao Estado.

**Parágrafo único.** O capital previsto neste artigo poderá ser elevado por ato do Poder Executivo e mediante:

- I** - incorporação de recursos de origem orçamentária;
- II** - incorporação de reservas decorrentes de lucros líquidos da Empresa;
- III** - reavaliação do ativo;
- IV** - recursos de outras fontes.

**Art. 4º** Constituem recursos da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ:

- I** - as receitas operacionais;
- II** - as receitas obtidas por empréstimos e financiamentos;
- III** - as receitas patrimoniais;
- IV** - as doações e legados de qualquer espécie;
- V** - as dotações que lhe forem consignadas no orçamento do Estado;
- VI** - recursos provenientes de outras fontes.

**Parágrafo único.** Apenas em caráter excepcional e para permitir a continuidade dos serviços públicos executados pela IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, serão consignadas dotações em seu favor no orçamento do Estado.

**Art. 5º** A IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ terá a seguinte estrutura organizacional:

- I** - Conselho de Administração;
- II** - Diretoria Executiva;
- III** - Conselho Fiscal;
- IV** - Conselho Editorial.

**Art. 6º** O Conselho de Administração será constituído por seis membros, a saber:

- I** - Chefe da Casa Civil, como Presidente;





**II** - Secretário de Estado da Administração e da Previdência;

**III** - Secretário de Estado da Cultura;

**IV** - Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

**V** - o Diretor Presidente da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, como Secretário Executivo;

**VI** - um representante dos empregados da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, indicado na forma prevista na Lei nº 8.096, de 14 de junho de 1985, alterada pela Lei nº 8.681, de 30 de dezembro de 1987 e do seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 6.343, de 18 de setembro de 1985, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 30 de dezembro de 1997.

**§ 1º** Os membros referidos neste artigo serão representados pelos seus substitutos legais nas suas ausências e/ou impedimentos.

**§ 2º** Os membros do Conselho de Administração serão nomeados pelo Governador do Estado.

**Art. 7º** Compete ao Conselho de Administração:

**I** - aprovar a programação anual e plurianual dos trabalhos;

**II** - promover o acompanhamento sistemático da execução dos programas e avaliar-lhes o resultado;

**III** - autorizar o aumento de capital sempre que necessário e submetê-lo à aprovação do Governador do Estado;

**IV** - deliberar sobre alienação, gravame e aquisição de bens patrimoniais;

**V** - aprovar o quadro de pessoal e fixar os critérios para sua remuneração;

**VI** - aprovar o orçamento-programa e deliberar sobre os contratos e convênios a serem celebrados;

**VII** - examinar e submeter à aprovação do Governador a proposta de Estatuto e suas eventuais alterações;

**VIII** - aprovar o Regimento Interno e suas eventuais modificações;

**IX** - exercer outras competências afins e correlatas.

**Art. 8º** A Diretoria Executiva será composta por três diretores, sendo um Diretor-Presidente e dois diretores auxiliares, cujas competências serão definidas em Estatuto.

**Art. 9º** O Conselho Fiscal será composto por três membros, sendo um deles indicados livremente pelo Governador, um indicado pelo Conselho de Administração e um indicado pelo Conselho Regional de Contabilidade.

**Art. 10.** Compete ao Conselho Fiscal:

**I** - examinar os balancetes mensais, o balanço e o demonstrativo de lucros e perdas;

**II** - emitir pareceres, quando solicitados pelo Diretor-Presidente e pelo Conselho de Administração, sobre assuntos de ordem administrativa e financeira;

**III** - fiscalizar a aplicação dos fundos e rendas, procedendo e verificando os respectivos valores;



**IV** - proceder o exame, quando necessário e a qualquer tempo, da contabilidade e de documentos a ela vinculados;

**V** - solicitar a contratação de auditoria independente;

**VI** - exercer outras competências afins e correlatas.

**Parágrafo único.** Somente podem ser nomeados para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no país, diplomadas em curso de nível universitário.

**Art. 11.** O Estatuto disporá sobre o funcionamento dos Conselhos de Administração e Fiscal.

**Art. 12.** O mandato dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não será remunerado.

**Art. 13.** Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal terão mandatos de quatro anos, não podendo, entretanto, exceder o período governamental em que tenham sido designados, ficando vedada a recondução por mais de um período.

**Art. 14.** O regime de pessoal da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ será obrigatoriamente o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

**§ 1º** A contratação de empregados, salvo para as funções de direção, será precedida por concurso público de provas ou provas e títulos, realizado pela própria empresa ou por entidades públicas ou privadas especializadas.

**§ 2º** Ficam criados cento e setenta e dois empregos sob regime da Legislação Trabalhista, os quais estarão detalhados no Plano de Cargos e Salários, a ser regulamentado mediante Decreto, conforme disposto no art. 21 da presente Lei.

**Art. 15.** A Casa Civil da Governadoria exercerá o controle dos resultados da atuação da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, especialmente quanto ao atendimento das finalidades, objetivos institucionais e de sua situação administrativa e financeira.

**Art. 16.** A IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ gozará das isenções conferidas à Fazenda Estadual.

**Art. 17.** As contas da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ serão submetidas ao exame e apreciação do Tribunal de Contas do Estado, nos prazos fixados pela legislação em vigor.

**Art. 18.** Cabe ao Poder Executivo Estadual adotar as medidas necessárias à criação da empresa pública de que cuida esta Lei, no prazo máximo de cento e vinte dias, contados da data da sua vigência.

**Art. 19.** Arquivados os atos de constituição da empresa pública no registro competente, empossada sua diretoria e contratados os empregados aprovados em concurso público será considerada automaticamente extinta a entidade autárquica Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, criada pelo Decreto-Lei nº 480, de 27 de junho de 1946 e erigido em autarquia pela Lei Estadual nº 5.970, de 15 de julho de 1969 e imediatamente desafetados seus bens.

**§ 1º** Arquivados os documentos constitutivos, a empresa pública contratará seu quadro de pessoal no prazo máximo de cento e oitenta dias.

**§ 2º** Extinta a entidade autárquica referida no caput deste artigo fica o Poder Executivo autorizado a elevar o capital social da empresa pública criada, integralizando-o com bens móveis, imóveis, direitos e valores que se encontravam a serviço da autarquia.

**Art. 20.** Extinta a autarquia, os servidores alocados no DIOE serão realocados para outros órgãos da Administração Direta ou para a Administração Autárquica, a critério da Secretaria de Estado de Administração e da Previdência.



**§ 1º** Com a única finalidade de garantir a continuidade do serviço público, o Poder Executivo poderá pôr à disposição da empresa pública criada, pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, os servidores que se encontravam lotados na autarquia extinta.

**§ 2º** Aos servidores públicos alocados no DIOE ficam assegurados todos os direitos, vantagens, deveres e obrigações que lhes atribuir a legislação própria, a qual continuarão sujeitos.

**Art. 21.** A Empresa Pública fará publicar regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de serviços, materiais, equipamentos e obras e de gestão de recursos humanos necessários para a execução de suas atividades.

**§ 1º** O regulamento que tratará da contratação de serviços, materiais, equipamentos e obras observará critérios de publicidade, economicidade, isonomia e eficiência no estabelecimento de seus procedimentos.

**§ 2º** O regulamento que tratará dos procedimentos de gestão de recursos humanos observará:

- a) os princípios da publicidade e impessoalidade, com a utilização de regras claras de recrutamento e critérios técnicos de avaliação, observada a divulgação em meio de comunicação de grande circulação, do edital de abertura do certame e de seu resultado final;
- b) padrões compatíveis com os praticados no mercado por entidades congêneres para funções com exigência de qualificação e responsabilidades semelhantes quando da fixação de salários;
- c) na elaboração de plano de cargos e salários, critérios que privilegiem o mérito, a capacitação profissional e o desempenho dos empregados, respeitada, obrigatoriamente, a capacidade financeira e o equilíbrio orçamentário da empresa pública.

**Art. 22.** É vedado aos Conselheiros e aos Diretores da IMPRENSA OFICIAL PARANÁ serem proprietários ou diretores de empresa gráfica.

**Art. 23.** Ficam transferidos para a Casa Civil da Governadoria os cargos de provimento em comissão da entidade autárquica Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, sendo concedida a estes novas denominações e mantidas as mesmas simbologias: um cargo de Diretor Presidente, símbolo DAS-1 para Assessor; um cargo de Diretor Adjunto, símbolo DAS-3 para Assessor; um cargo de Diretor Administrativo, símbolo DAS-3 para Assessor; um cargo de Gerente Administrativo Financeiro, símbolo 2-C para Assistente; um cargo de Gerente Comercial, símbolo 2-C para Assistente; um cargo de Gerente de Produção, símbolo 2-C para Assistente; um cargo de Assessor Técnico, símbolo 2-C para Assistente; um cargo de Assistente de Produção, símbolo 4-C para Assistente; dois cargos de Oficial de Gabinete, símbolo 7-C para Assistente; e dois cargos de Assistente, símbolo 13-C para Assistente.

**Art. 24.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 02 de janeiro de 2013.

*Carlos Alberto Richa*  
Governador do Estado

*Loriane Leislí Azeredo*  
Chefe da Casa Civil, em exercício

*Cassio Taniguchi*  
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

*Jorge Sebastião de Bem*  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 149/2013

Projeto de Lei nº. 149/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 032/2013

Súmula: Mensagem Nº 032/2013 – Dá nova redação ao *caput* do artigo 2º, ao inciso VIII e ao §4º, do art. 2º e inclui o inciso IX no art. 2º, todos da Lei nº 17.465 de 02 de janeiro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa sob a denominação de IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, conforme especifica.

EMENTA: ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

## RELATÓRIO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar Legislação Estadual que criou a Empresa Pública denominada IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, extinguindo a autarquia denominada Departamento de Imprensa Oficial do Estado.

VISTA EM 30/04/2013  
DPS Elton W e PR Edson  
CCJ



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



## **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**

**I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;**

**IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.** (Grifos Nossos).

**Art. 87. Compete privativamente ao Governador:**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO TERCÍLIO TURINI  
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 149/13**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 032/13, que objetiva dar nova redação ao caput do artigo 2º, ao inciso VIII e ao § 4º, do artigo 2º e inclui o inciso IX no artigo 2º, todos da Lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa sob a denominação de Imprensa Oficial – Paraná, conforme especifica.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Tercílio Turini, que exarou o devido parecer favorável.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

**CONCLUSÃO**

Sendo assim, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 15/05/13





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



*[Signature]*  
**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

*[Signature]*  
**DEPUTADO FRANCISCO BUHRER**  
**RELATOR**

*[Signature]*

*[Signature]*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro  
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 149/2013**

**Projeto de Lei nº 149/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 032/2013**

**Súmula:** Dá nova redação ao *Caput* do artigo 2º, ao inciso VIII e ao § 4º, do Artigo 2º e inclui o inciso IX no artigo 2º, todos da Lei nº 17.465 de 02 de janeiro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa sob a denominação de **Imprensa Oficial-Paraná**, conforme especifica.

### **I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 149/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 032/2013, objetiva alterar dispositivos da Lei nº 17.465 de 02 de janeiro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa sob denominação de Imprensa Oficial-Paraná. Esta alteração vem de encontro a uma necessidade de adaptação da Lei específica, que hoje apresenta lacunas em relação às atividades da Imprensa Oficial-Paraná.

### **II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 149/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que a Imprensa Oficial-Paraná, tem por objetivo principal trabalhar a transparência, divulgando atividades de órgãos públicos de interesse de toda a população, que trazem ao acesso de todos materiais e informações de extrema importância. Desta forma revela-se a necessidade de adaptar a Lei nº 17.465 de 02 de janeiro de 2013 que instituiu a Imprensa Oficial-Paraná, permitindo assim uma abrangência maior na divulgação dos trabalhos, bem como uma adaptação em um período necessário para que suas atividades possam vir a ser realizadas de forma correta, ampla e estritamente profissional.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro  
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Desta forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição ao vir de encontro ao interesse público pela busca contínua de informações e a real necessidade da Imprensa Oficial-Paraná em atender estes parâmetros. O Projeto de Lei 149/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 032/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, ao citar a Lei da Transparência como um fator primordial para a sua adaptação. Um trabalho pela modernização, investimentos e readequações necessárias na legislação que atenderão sem sombra de dúvidas uma demanda cada vez maior pela publicidade das informações.

### III – CONCLUSÕES

Ao analisarmos o seu mérito indiscutível, verificamos que este processo faz referência à implantação da Lei de Informação, momento este em que a sociedade passou a ter o acesso à informação de forma direta, cada vez mais precisa e abrangente.

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 149/2013, ao tratar da busca de informações, depara-se com um mérito de resgate ético, profissional e de necessidade de adaptações de forma transparente, única e exclusivamente em benefícios de todos.

Resta assim, grandes evidências nesta composição, para que esta matéria possa ser aprovada por esta Comissão.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro  
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



**IV – VOTO DO RELATOR**

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, na ocasião em parecer apresentado pelo Deputado Tercílio Turini, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 149/2013, em sua forma apresentada.

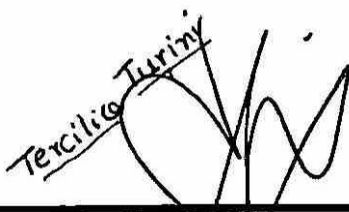
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*  
*Sala das Comissões em 21 de maio de 2013.*


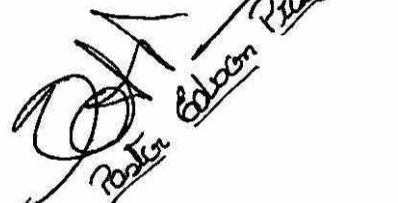
  
**ADELINO RIBEIRO**

*Presidente da Comissão*  
*(Em Exercício)*

  
**TERUO KATO**

*Relator*

  
*Tercílio Turini*

  
*Elton Welter*  
  
*Pastor Edson Praczyk*